

**ASSESSORIA JURÍDICA  
PARECER Nº 040/2024**

**PROCESSO Nº 31-2024**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
AQUISIÇÃO DE APARELHO DESFIBRI-  
LADOR, ATENDENDO SOLICITAÇÃO  
DA SECRETARIA DA SAÚDE. POSSIBI-  
LIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a essa Assessoria Jurídica, o Processo nº 21/2024, solicitando PARECER referente a contratação de empresa para fornecimento de aparelho desfibrilador destinado ao ambulatório de enfermagem da Secretaria da Saúde, indagando sobre a possibilidade de contratação com dispensa de licitação.

A solicitação decorre do documento de formalização da demanda (DFD) nº 001/2024, da Secretaria da Saúde, datado de 12/01/2024. Com o mencionado memorando, foram apresentados documentos.

Anexadas ao feito, constam as propostas de 03 (três) empresas, quais sejam, Irmãos Tortelli Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 90.241.357/0001-54; Marca Médica, CNPJ nº 11.872.351/0001-09; e Hospital de Clínicas de Passo Fundo, CNPJ nº 92.030.543/0001-70.

**É o que cabia relatar.**

Analisando o valor orçado R\$ 28.990,00 (vinte e oito mil, novecentos e noventa reais), entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumprе destacar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 75, elevou consideravelmente o valor limite para os casos de dispensa de licitação em comparação com aqueles previstos na Lei nº 8.666/93. Contudo, a nova lei, em seu art. 72, elencou uma série de requisitos, sem os quais não é possível se utilizar de contratação direta por dispensa de licitação. Vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico

preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

Pois bem, consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II).

O preço está justificado por se tratar do menor dentre os orçamentos apresentados (art. 72, inciso VII).

Consta dos autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2128 (Suporte da Secretaria da Saúde), Despesa 52 4.4.90.52 (Equipamento e Material Permanente), Recurso 40 (Ações e serv. publ. Saúde ASPS-40).

A Consulta e Reserva de Dotação Orçamentária demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV).

A documentação da empresa Irmãos Tortelli Ltda., (orçamento, documentos de habilitação e certidões de regularidade fiscal), comprovam que a mesma preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha da futura contratada está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.





Em razão do exposto, o parecer é favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submeto à consideração superior.

Ibirubá-RS, 29 de janeiro de 2024.



*Eduardo Henrique Krammes,*

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756